

"TROPAS DE FORA" VERSUS "TROPA DA TERRA": EXÉRCITO, MILÍCIAS E POVO NAS LUTAS PELA INDEPENDÊNCIA NO RIO DE JANEIRO.

"OUTSIDE TROOPS" VERSUS "LAND TROOPS": ARMY, MILITIAS AND PEOPLE IN THE STRUGGLES FOR INDEPENDENCE IN RIO DE JANEIRO.

ADRIANA BARRETO DE SOUZA¹

Resumo

Este artigo objetiva analisar o processo de independência no Rio de Janeiro, enfocando a ação das forças militares — as tropas de primeira linha (mais próximas do que hoje é o Exército) e as milícias — nos acontecimentos. Argumento que, mesmo de forma improvisada, não havia à época um Exército — revolucionário ou não — lutando contra o jugo colonial. O uso de expressões como “forças armadas”, “exército” e “militares” nos induz a uma interpretação anacrônica dos acontecimentos. Examinando os episódios ocorridos nas ruas do Rio de Janeiro entre 1821 e 1822, o que encontramos por trás desses grandes sujeitos coletivos são não só muitas lutas e conflitos, mas um amplo engajamento de homens de distintos grupos sociais que viam na ascensão política do príncipe D. Pedro uma oportunidade de mudarem seus destinos.

Palavras-chave: Independência – instituição militar – milícias – participação popular.

Abstract

The article aims to analyze the process of independence in Rio de Janeiro, focusing on the role that both the military forces, or first-line troops (closer to what the army is today), and the militias played in the events. We argue that, even in an improvised manner, there wasn't an army at the time, whether revolutionary or not, fighting against colonial rule. The use of expressions like "armed forces," "army," and "military" leads us to an anachronistic interpretation of the events. Examining the episodes that took place on the streets of Rio de Janeiro between 1821 and 1822, what we find behind these significant collective subjects are not only numerous fights and conflicts but also a broad engagement of men from different social groups. They saw in the political rise of Prince Dom Pedro an opportunity to change their destinies.

Keywords: independence, military institution, militias, popular participation.

¹ Professora do Departamento de História da UFRuralRJ e coordenadora do Núcleo de Estudos da Política e História Social – NEPHS/UFRuralRJ. Esta pesquisa é financiada pelo CNPq, por meio do Programa Produtividade em Pesquisa – PQ-CNPq, e pela FAPERJ, no âmbito do Programa Cientista do Nosso Estado – CNE/FAPERJ. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-0030-4544>. E-mail: adrianaabarreto@gmail.com

A independência do Brasil como grande temática nacional é constituída de vários estratos de história. As primeiras narrativas, elaboradas ainda no século XIX, buscaram consolidar a opção pela monarquia, fundando uma imagem heroica de D. Pedro: príncipe viril que foi capaz de conter as “forças anárquicas”, assumindo ora a posição de chefe militar ora a de articulador político. Nos anos finais da monarquia, à essa imagem se sobrepôs outra, a consagrada pelo quadro de Pedro Américo. Inaugurado em 1888, no quadro, a Independência foi um ato de congraçamento que reuniu em torno de D. Pedro, no centro da tela, alguns civis e sua Guarda de Honra. Os gestos imponentes traçados não são os de militares em meio à guerra e o povo é retratado como um passante-trabalhador, alheio aos acontecimentos.



Tela “Independência ou morte” (1888), de Pedro Américo,
Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/palacio-itamaraty/patrimoniohistorico/independencia-ou-morte-grito-do-ipuranga-estudo> Último acesso em: 28/09/2022.

Por ocasião do centenário da independência, em 1922, Oliveira Lima de certo modo uniu em seu livro clássico, “O movimento da independência”, essas duas tradições. Por meio de uma pesquisa metódica, narrou em mais de 400 páginas, anos de agitação política, de guerras e conflitos. Porém, ao fazer uma síntese dos fatos, concluiu que a independência foi um “desquite amigável”, resultado de um acordo palaciano. Quanto à participação popular, preferiu defini-la tomando emprestado as palavras de Eduardo Prado sobre o quadro de Pedro Américo: o povo era como “o carreiro boçal”, “guiando seus bois, atônito diante daquela cena cujo sentido completamente lhe escapava”. (1997, p. 55).

Essa interpretação só foi contestada décadas mais tarde, quando José Honório Rodrigues defendeu a tese de que a independência foi um movimento revolucionário. Em um dos cinco

volumes do livro “Independência: Revolução e contra-revolução”, Honório Rodrigues fez um esforço inédito elegendo como objeto de estudo as forças armadas. Contrapondo-se a Oliveira Lima, avaliou que a independência do Brasil “foi uma guerra”. Em seguida, completou: “Nem a guerra foi somente na Bahia, nem a guerra na Bahia foi baiana, porque nela combateram oficiais e soldados fluminenses, pernambucanos, paraibanos, sergipanos, alagoanos e mineiros (...) Sem as forças armadas não seria possível a independência (...) Unidos, povo e exército se constituíram numa força revolucionária que acabou com o jugo colonial”. (2002, p. 13-14).

O tom fortemente nacionalista — e, portanto, anacrônico — da narrativa, publicada em meio à ditadura militar iniciada com o golpe de 1964, acabou ofuscando a importância da obra. Entretanto, como o autor afirma, “nenhum historiador ou nenhuma história da independência” tinha até aquele momento analisado as “forças armadas” (2002, p. 13).

Circunscrevendo a análise ao Rio de Janeiro, este artigo retoma a proposta de Honório Rodrigues com dois objetivos. O primeiro deles é, a partir de um exercício metodológico, refletir sobre o que eram as forças armadas dos primeiros anos do século XIX. A intenção é reposicionar historicamente sua análise para, extraindo o que há de anacrônico, fazer sobressair o que a distingue: o foco na ação militar. Em seguida, pretendo mapear a composição das forças de linha (tropas mais próximas do que hoje é o Exército) e o papel das milícias (força militar típica da época) nos acontecimentos. Argumento que, mesmo de forma improvisada, não havia à época um exército — revolucionário ou não — lutando contra o jugo colonial. As palavras “forças armadas” e “exército”, no caso, induzem ao erro. Examinando os eventos ocorridos nas ruas do Rio de Janeiro entre 1821 e 1822, o que encontramos por trás desses sujeitos coletivos são não só muitas lutas e conflitos, mas um amplo engajamento de homens de distintos grupos sociais que viam na ascensão política de D. Pedro uma oportunidade de mudarem seus destinos.

Antes de prosseguirmos, porém, vale ainda uma observação: essas lutas obedeciam a lógicas econômicas, políticas, sociais e demográficas próprias, particulares às várias capitanias da América portuguesa. Só posteriormente essas capitanias se tornariam uma unidade chamada Brasil. Por isso também, como já amplamente demonstrado (KRAAY, 2011; MACHADO, 2010; MELLO, 2004; NEVES, 2003; SLEMIAN, 2006; SOUZA, 1999), é possível afirmar que a independência não foi uma luta do Brasil contra a opressão de Portugal. O Rio de Janeiro, então capital do Império Luso-brasileiro, disputava com Lisboa o apoio político das capitanias para não perder seu status e poder como corte imperial.

O MUNDO MILITAR NA VIRADA PARA O SÉCULO XIX

A força simbólica do Exército como instituição nacional muitas vezes contamina a análise dos acontecimentos históricos. O modelo de Exército que conhecemos atualmente, como força profissional de âmbito nacional, é uma invenção. Isso não significa que esse modelo seja falso. A ideia de invenção acionada aqui procura evidenciar o caráter histórico das instituições que, como tais, são resultado da ação de indivíduos e grupos políticos no tempo.

Nas primeiras décadas do século XIX, as forças militares do então Império Luso-brasileiro (e também do Brasil entre 1822 e 1831) em nada lembravam um Exército nacional. Essas forças estavam organizadas em três frentes: um exército permanente, com tropa paga e suas patentes mais altas (as do generalato) nomeadas pelo rei. As milícias, mais conhecidas como tropas auxiliares, que não eram remuneradas e estavam sob o comando de potentados locais, responsáveis por sua organização e manutenção. E, por fim, as ordenanças, uma espécie de tropa de reserva integrada por todos os moradores não incorporados pelo Exército e pelas milícias. Esta tropa não era treinada, e seus integrantes não recebiam soldos, mas poderiam ser convocados em contexto de guerra (SELVAGEM, 1999).

Ainda que esta explicação seja bem conhecida e reproduzida por todos os bons livros de história militar do Brasil e de Portugal, nem sempre ela é incorporada às análises dos eventos militares do século XIX. O fato de parte significativa do vocabulário relativo ao meio militar — exército, marinha, militares, tropa, além de várias outras terminologias, inclusive quase todas as patentes — não ter sofrido alterações no decorrer dos séculos, nos faz crer que estamos diante de um mesmo universo institucional. Porém, como já nos alertou Marc Bloch em seu clássico livro de introdução a História, a linguagem é “um problema fundamental para os historiadores”. Isso porque, prossegue ele, “as mudanças das coisas estão longe de acarretar sempre mudanças paralelas em seus nomes”, o que produz uma série de anacronismos (2002, p. 36).

Lembrando dessa lição, a fim de compreender melhor as instituições militares do início do século XIX, recorri ao célebre *Dicionário da Língua Portuguesa* de Raphael Bluteau (1789), em sua edição de 1789, a mais próxima de 1822. Consultei nele três vocábulos básicos do meio militar: militar, exército e marinha. O resultado é bastante significativo.

Para a palavra militar, há dois grupos de significados, um deles como adjetivo: militar é “concernente à milícia, vida militar, ordens militares, testamento militar, homens de guerra”. O

outro grupo de significados é como verbo: “servir, andar na guerra” ou “vitórias em que alguns dos nossos militaram”, “razão que milita contra o que disse, esse argumento milita contra ele”. Só de forma tangencial, aparece o substantivo: homem da guerra. Para a palavra exército, há uma definição: “grande número de tropas juntas, e feitas num corpo, comandadas por um general. Grosso número, legiões ou” — e destaco aqui um sentido religioso — “exércitos de anjos.” Já para marinha, é possível encontrar seis significados: “a praia do mar; marimba toda sovada dos pés dos animais; a desembarcação na praia”; “a costa, que se opõe ao sertão, o marítimo”; o “ingar da praia onde se junta água salgada para se cristalizar”; “os vasos, navios e a gente de que constam as forças navais de algum estado”. (BLUTEAU, 1789).

A leitura desses verbetes nos remete claramente a outro universo no qual a palavra militar não definia uma profissão, nem muito menos uma identidade social. À época, os homens não se definiam como militares em oposição a outro grupo, os civis. Como vimos, o exército era tão somente um conjunto de tropas e, no caso da marinha, uma vez que há referência à gente das forças navais de um estado, vale retornar ao dicionário e pesquisar se esse estado estava organizado a partir de instituições, tal como hoje o pensamos.

O resultado é semelhante. No verbete instituição, lê-se: “estabelecimento, instituição dos feudos, nomeação, regras, preceitos, fundação de capelas e colégios”. Ou seja, um significado amplo, sem contornos precisos, mais vinculado à ideia de criação. Instituição era estabelecer, criar algo e, neste caso, os exemplos citados pertencem a dois universos: ao da família — seja pela referência aos feudos ou aos colégios — e, novamente, ao universo da religião. Tal como afirmou Michele Perrot, em seu clássico “História da Vida Privada”, a família e a religião eram então as balizas dos estados. Eram elas que controlavam a política, a força militar, a justiça e a riqueza (1991).

Não é intenção desse exercício, obviamente, negar a existência de um mundo militar na virada do século XVIII para o século XIX. Pretendo tão somente destacar que esse mundo se organizava a partir de outras referências, tanto em suas relações internas (hierárquicas e administrativas) quanto externas (na relação com a sociedade). Se hoje a carreira militar é representada como uma “instituição total”, capaz de produzir um efeito homogeneizador, constituindo um “nós” — os militares — que se estende para além das fronteiras profissionais, englobando diferentes aspectos da vida de seus membros, até mesmo a vida em família (CASTRO, 1990), é importante não tomar esse fato como natural.

O Exército, à época também denominado tropa de linha, era uma força de Antigo Regime. Ainda que houvesse desde 1811 uma academia militar no Rio de Janeiro, a primeira com o funcionamento mais regular, seus cursos não eram pré-requisito para ingresso nem para promoção na carreira. Além disso, seus alunos não usavam uniformes, o regime educacional era de externato e suas regras disciplinares eram as mesmas que regiam os demais estabelecimentos de ensino. Aliás, a Academia Real Militar também recebia alunos civis, que pretendiam se formar em engenharia. Ou seja, tratava-se de uma academia desmilitarizada. Reconhecer esse caráter não profissional da carreira significa afirmar ainda que a oficialidade de então — em comparação aos padrões atuais — não detinha um saber técnico específico sobre a guerra, não partilhava valores orientados por uma disciplina rigorosa, nem constituía um grupo unificado por uma identidade corporativa. Isso porque as experiências vividas por esses oficiais em sua formação não visavam desenvolver esses predicados (SOUZA, 2008).

Esse perfil institucional é um produto histórico. Ou seja, é resultado de debates, disputas e ações políticas que, uma vez vitoriosas, constituíram a carreira militar como profissão, e as forças militares do passado em instituições modernas.

É dessa imagem contemporânea do militar que precisamos nos apartar para pensar os militares que tomaram as ruas do Rio de Janeiro entre 1821 e 1822.

AS “TROPAS DE FORA” E A COMPOSIÇÃO DO EXÉRCITO DE D. JOÃO

A intensa agitação de “tropa e povo” nas ruas e praças da corte imperial, a partir de outubro de 1820, com a chegada da notícia da Revolução Constitucionalista do Porto ao Rio de Janeiro, é atualmente um fato indiscutível. Das crônicas da inglesa Maria Graham ao livro de Oliveira Lima, os relatos são unânimes: o que se viu nesses anos foi uma efervescência política difícil de reprimir. Se em fevereiro de 1821, os jornais da cidade noticiavam que a tropa havia tomado o Largo do Rocio (atual Praça Tiradentes), exigindo de D. João o juramento das bases da Constituição em elaboração em Lisboa, um ano depois, em janeiro de 1822, quando rebentou no centro do Rio de Janeiro um motim das tropas comandadas pelo general português Jorge de Avilez, os jornais noticiaram os fatos precisando mais o sujeito das ações. O embate não era entre o exército ou tropas de linha brasileiras contra as tropas portuguesas. As notícias narravam uma crescente tensão entre as “tropas de fora” e as “tropas da terra”, destacando o papel crucial desempenhado por estas ao ocuparem, na madrugada do dia 12 de janeiro, o Campo de Santana.

Com um efetivo em torno de 8 a 10 mil homens, as “tropas da terra” asseguraram o cumprimento das ordens do príncipe D. Pedro quando o general Avilez ameaçou a cidade do alto do Morro do Castelo. Intimidado pelo efetivo reunido na praça, o general abortou o confronto e partiu com a “tropa de fora” para Praia Grande (hoje, cidade de Niterói).

Se as “tropas de fora” podem ser mais bem delineadas, a pergunta que se coloca é: quem integrava as fileiras das “tropas da terra”? Quem eram os 8 ou 10 mil homens em armas no Campo de Santana? A resposta “brasileiros” não dá conta da complexidade das identidades em jogo nesse contexto. Um primeiro ponto que, apesar de já bem analisado pela historiografia deve ser reafirmado, é que todos os súditos da Coroa pertenciam então à “nação portuguesa”, havendo os portugueses do Brasil e os do Reino (RIBEIRO, 2002, p. 23). Daí a possibilidade, inclusive, de encontrarmos portugueses do Reino que se colocaram contra o general Avilez. Então, como entender esse universo militar?

Se pensamos apenas nas tropas de linha, a primeira informação digna de nota é que, aqui no Brasil, como em toda a América do Sul, seu efetivo era muito reduzido. Os dados de que dispomos não são precisos. À época, não havia leis anuais de fixação das forças de terra. Estas só passaram a existir com a implantação de um regime constitucional. Contamos apenas com a estimativa apresentada em 1922 por um historiador militar, Nilo Val (1922, p. 635). Pelos seus cálculos, a guarnição do Rio de Janeiro em 1822 era de cerca de 3 mil homens, incluindo aí as tropas do general Jorge de Avilez. Outra informação que precisa ser levada em conta é a grande circulação de tropas pelo Império, em sua maioria vindas de Portugal, o que não significa que fossem integradas só por portugueses. Entre as tropas que lutaram nas guerras napoleônicas e que, finda a guerra, vieram para o Rio de Janeiro, havia ainda mercenários, figura típica desse mundo militar. Foi no comando de parte dessas tropas, por exemplo, que o general Avilez chegou à cidade em 1816, rumando em seguida para Montevidéu (MCBETH, 1972, p. 6).

Por terem lutado nas guerras europeias sob as ordens do duque de Wellington e terem, por isso, recebido distinções militares, os oficiais dos regimentos portugueses se acreditavam superiores aos demais, verdadeiros heróis de guerra. Além de tensionar a relação cotidiana com os oficiais estacionados ou residentes na cidade, essas distinções tornavam as promoções no Exército particularmente explosivas. As patentes mais altas eram conferidas, na avaliação de Armitage, “quase exclusivamente a oficiais das unidades portuguesas”. (2011, p. 54).

Para piorar, ao se instalar na cidade em 1808, D. João reorganizou o Exército, mas fez a opção por não misturar as tropas. Criou unidades, investiu em armamentos e na reforma de

fortalezas, além do ensino militar. Entretanto, nunca investiu — como afirma o brasilianista Michael McBeth — na integração das tropas estacionadas na cidade, que mantiveram até mesmo seus uniformes originais (1972, p. 6).

Diante desse quadro tão heterogêneo quanto conflituoso, não é difícil imaginar as expectativas geradas pelo retorno de D. João VI para Portugal em abril de 1821. Pelos cálculos de McBeth, cerca de 14 mil oficiais deixaram o Brasil entre 1821 e 1823 (1972, p. 32-33). É verdade que nem todos estavam servindo no Rio de Janeiro. Porém, tamanha movimentação, somada à instabilidade política criada pelo acontecimento, deixava claro para a oficialidade que uma reconfiguração institucional era inevitável.

Para tentar avaliar melhor o impacto dessas alterações, e sem dados precisos, recorri a uma fonte clássica: *Brigadeiros e Generais do Exército de d. João VI e de d. Pedro I*, de Laurênio Lago (1938). Como o título indica, o livro se limita a biografar generais. No entanto, nós sabemos que, vagando postos no topo da hierarquia, por uma espécie de efeito cascata, vagas são quase automaticamente abertas nos postos intermediários e inferiores do Exército. Então, mesmo sabendo das limitações dos cálculos, decidi fazer um mapeamento. O que se vê é, de fato, uma reconfiguração da hierarquia militar.

Antes de prosseguir, porém, vale um esclarecimento metodológico. Classifiquei como oficial português não os nascidos em Portugal, mas todos aqueles que construíram suas carreiras na metrópole. Em contrapartida, como brasileiros, nomeei os que, nascidos ou não no continente americano, aqui serviram à Coroa durante a maior parte de suas vidas. Por fim, foram excluídos desse mapeamento todos os oficiais estrangeiros.

Dito isso, é possível avançar na análise das biografias e verificar que, entre os anos de 1821 e 1822, 30 generais portugueses optaram por retornar a Portugal, enquanto 25 decidiram ficar no Brasil. De imediato, D. Pedro não só preencheu as vagas liberadas como criou 13 novos postos de oficiais generais. O que essa decisão, à princípio, nos mostra é a preocupação do príncipe em atrair um número maior de militares para o seu lado na disputa contra as Cortes de Lisboa. Desde 1789, todos os oficiais que ascendessem ao posto de marechal de campo ou tenente-general tornavam-se automaticamente fidalgos da casa real.² Ou seja, face à fragilização de sua autoridade, D. Pedro ampliava o número de oficiais generais em postos de comando, mas também em sua corte.

² Essa decisão foi baixada por meio do decreto de 13 de maio de 1789. Uma análise desse decreto foi realizada por Adriana Barreto de Souza (Souza, 2004, p. 167).

Porém, avançando na análise desses números, é possível ir além dos altos círculos da hierarquia militar. Como não existe Exército só de generais, ao ampliar o generalato, D. Pedro movimentava toda a cadeia de comando, além de muito provavelmente ter ampliado o efetivo do Exército. Infelizmente, até mesmo esses dados mais gerais são escassos para esses anos. O primeiro relatório do Ministério da Guerra disponível é de 1827. Essa imprecisão já havia sido notada por McBeth, que só conseguiu sistematizar dados sobre o efetivo militar para depois de 1828 (1987, p. 125-141).

Apesar dessas limitações, vale observar como D. Pedro preencheu esses postos e uma coisa é certa: não o fez apenas com “brasileiros”. Num contexto de alto risco político, optou por certo equilíbrio, nomeando ao generalato 23 coronéis com carreira iniciada em Portugal e 20 que poderíamos considerar “brasileiros”. Digo certo equilíbrio porque, se somamos aos 23 recém-nomeados os 25 “generais portugueses” que decidiram ficar no Brasil, eles são maioria absoluta. De todo modo, D. Pedro acenava positivamente para os oficiais “brasileiros”. Nem em 1808, houve tanta oportunidade de promoção na cidade para o prestigioso posto de coronel. Várias famílias sem origem fidalga, que lutavam para se posicionar socialmente, foram então beneficiadas (SOUZA, 2008).

Se prosseguimos com o raciocínio, a abertura de vagas para coronel levou a uma sequência de promoções — ainda que talvez em menor escala — para todos os postos e, como não há notícia de recrutamentos na cidade, certamente a ampliação das fileiras se deu pelo engajamento voluntário. O mais interessante, no entanto, é que considerando as narrativas dos cronistas e as afirmações dispersas na historiografia, o engajamento maior ocorreu nas fileiras das milícias. Até autores mais conservadores, como Oliveira Lima, afirmam que a convocação realizada por D. Pedro em janeiro de 1822 para viabilizar o “Fico” e expulsar as tropas do general Jorge de Avilez produziu efeitos no Exército, mas que a grande adesão foi mesmo aos regimentos de milícias (1997, p. 212). Ao descrever em sua correspondência diplomática os acontecimentos que se sucederam à declaração do “Fico”, o barão austríaco Wenzel de Mareschal escreveu que às milícias se tinham agregado em número considerável populares (1916, p. 17).

Resumindo, se D. Pedro acenava positivamente para os oficiais “brasileiros”, aumentando as expectativas desses militares sobre os benefícios da adesão à causa do Brasil, eles não foram os únicos a se engajar nas lutas ocorridas no Rio de Janeiro.

AS MILÍCIAS E AS “TROPAS DA TERRA”

Em “terras de conquista” (ou colônias), as milícias predominavam na composição das fileiras militares. As informações, conforme dito acima, são imprecisas. Para os anos de 1821 e 1822, não dispomos nem mesmo do Almanaque do Rio de Janeiro. Os dados mais próximos desses anos são fornecidos pelo almanaque de 1817. Por ele, a guarnição da corte imperial era composta por cinco unidades do Exército (três regimentos de infantaria, um de cavalaria e um de artilharia) e sete de milícias (quatro regimentos de infantaria e três de cavalaria). Da guarnição da província, as tropas de linha sequer participavam. Ela era integralmente realizada por onze regimentos de infantaria de milícias (Almanaque, 1966, p. 211). Essas milícias incorporavam — ainda que de forma segregada — indígenas, pretos e pardos, livres e libertos. Participando formalmente da guarnição da cidade do Rio de Janeiro, em 1821, havia um regimento de milícias de homens pardos e um regimento de homens pretos, popularmente conhecidos como Henriques.

Considerando a estimativa de que a guarnição da cidade em 1822 era de três mil homens, incluindo aí as tropas do general Avilez, vale reposicionar a pergunta: quem eram os outros 5 ou 7 mil homens em armas reunidos no Campo de Santana no dia 12 de janeiro dispostos a defender o príncipe enfrentando as “tropas de fora”?

Ainda que esses números possam ser exagerados, uma coisa é certa: as “tropas da terra” constituíam uma massa heterogênea, que misturava exército, milícias e populares. Em termos raciais, tratava-se de uma massa de homens brancos, pretos, pardos — livres e libertos — e, talvez, até mesmo de indígenas. Como bem observou Oliveira Lima, o Rio de Janeiro era então “o centro da escravidão”, “uma cidade africana, com negros a fervilharem em todos os cantos”. Ao listar os serviços prestados por esses negros, apesar de citar o serviço militar “nas fileiras dos regimentos”, o escritor pernambucano preferiu enfatizar o trabalho escravo (1997, p. 58).

A ênfase não é um equívoco. Na virada para o XIX, após tornar-se a capital do Império português, a cidade do Rio de Janeiro passou a integrar uma importante rede de negócios que incluía Goiás, Mato Grosso, Londres, Lisboa, Buenos Aires, Luanda, Goa, além de outras regiões. Uma rede que fez do porto da cidade o principal porto mercantil do hemisfério sul e, nesse movimento, sua população cresceu de forma exponencial, especialmente a de escravizados. Sistematizando dados fornecidos por John Luccock e pela historiografia, Gladys Ribeiro calculou que a população da capital em 1821 girava em torno de 79.321 habitantes, sendo 36.182 escravizados e 43.139 livres. Se contamos apenas as freguesias urbanas, essa

proporção entre livres e escravizados se mantinha. A única que fugia ao padrão era a freguesia da Candelária, onde o número de escravizados era superior: 56,6% para 43,4% de pessoas livres. Deslocando-se para os arrabaldes da cidade, a proporção se invertia, predominando a população escravizada. Nas freguesias de Meriti, Joacoatinga e Inhaúma, por exemplo, o percentual de pessoas escravizadas em 1821 chegava, respectivamente, a 69,3%, 65,6% e 60,3% (RIBEIRO, 2002, p.171).

Mas é preciso ler com cuidado esses dados, identificar a população escravizada e livre não é o mesmo que identificar negros e brancos. Essas estatísticas se referem à condição jurídica das pessoas, inclusive, não distinguem livres de libertos. Ou seja, na categoria “população livre” há muitos homens de ascendência africana, sendo possível afirmar, acompanhando Gladys Ribeiro, que o Rio de Janeiro de 1822 era uma “cidadela branca (...) sitiada por uma população de ‘homens de cor’ e escravos” (2002, p.173). O perfil dos cidadãos que acorreram ao Campo de Santana e engrossaram na madrugada do dia 12 de janeiro a “tropa da terra” — ela em si já composta por regimentos de homens pretos e pardos — era, portanto, de homens brancos, pretos e pardos livres e libertos.

Neste ponto, cabe perguntar o que teria mobilizado esses homens, qual a razão de terem deixado suas casas, no meio da madrugada, para tomar partido nessas disputas. A hipótese em que tenho trabalhado é a de que eles não só participaram, como foram instados a participar pelo príncipe D. Pedro.³ Ao perceber, especialmente a partir de outubro de 1821, a fragilidade de sua autoridade, premida entre a obrigação de fidelidade à Casa de Bragança e o juramento às bases da Constituição em elaboração em Lisboa, D. Pedro não só avançou nas negociações — já bem conhecidas — com elites de São Paulo e Minas Gerais, como também passou a investir na busca de apoio popular.

Um bom indicativo da forma como isso foi feito é o substantivo usado pela *Gazeta do Rio de Janeiro* para se referir à população que ocupou o Campo de Santana em socorro ao príncipe. Em seu suplemento, publicado no dia 9 de fevereiro, noticiou que naquela madrugada, o número de “concorrentes” na praça cresceu rapidamente: “à proporção que cada cidadão ia pondo sua família em segurança, se vinha incorporar com os defensores da sua liberdade para

³ Comecei a explorar essa hipótese no artigo Quem eram os “briosos militares”? O exército de d. Pedro às vésperas da independência (Rio de Janeiro, 1821-1822), que saíra em breve na coletânea organizada por Wilma Costa e Têlio Cravo, intitulada: 3 x 22 – *Independência: memória e historiografia*.

ajudarem a sustentar os seus direitos”.⁴ Ou seja, os súditos eram transformados em cidadãos, homens fiéis ao príncipe e preocupados com suas famílias.

Pouco mais de um mês após o episódio, no dia 17 de fevereiro, foi o próprio príncipe que saudou os habitantes da cidade como “beneméritos da pátria”, agradecendo o apoio, conclamando-os a “praticar as virtudes sociais do sistema constitucional” e prometendo “guardar vigilante” seus “sagrados direitos”.⁵ O uso de um vocabulário constitucional era uma prática nova. Até então, nos documentos oficiais, os vocativos acionados eram “fiéis súditos” e “povo brasiliense.” Só após o episódio de janeiro de 1822, as proclamações passaram a se dirigir à população “de todas as qualidades, classes ou ofícios desta cidade”, tratando-a como “beneméritos cidadãos” e instando-a a participar da sociedade.⁶

O príncipe, ao que parece, já vinha mudando de estratégia diante das dificuldades políticas que enfrentava. Nos primeiros dias de janeiro de 1822, seu ministro da guerra, o general Carlos Frederico de Caula, partidário das Cortes de Lisboa, descreveu em um memorando que a indisposição das “tropas de linha e das milícias da terra” contra a Divisão Auxiliadora seguiu um “plano premeditado”. Para o general, houve uma ação política coordenada e, apesar de não escrever explicitamente, sugeriu que D. Pedro teria participado dessa ação. Inclusive, afirma que consta “a nomeação de generais e oficiais superiores” para comandar esses homens (DOCUMENTOS, 1923, p. 368-369).

Em ofício datado de oito meses antes, do dia 17 de junho, o barão de Mareschal escreveu que o príncipe ia com frequência aos quartéis e que a atitude o “tornava mais popular” (1916, p. 186). Sobre a participação das milícias e de populares, as referências aparecem em todos os cronistas. Maria Graham escreveu em seu diário que, na madrugada de 12 de janeiro, D. Pedro, agindo de forma “incansável”, correu a cidade, “reunindo os diferentes corpos de milícias e as tropas nativas, a fim de proteger a praça da ameaça de saque pelos portugueses”. (1956, p. 203). Sem tomar esses relatos como a verdade dos fatos, chamo atenção apenas para a menção à participação da população em diferentes documentos, ora referida nesses termos, ora como

⁴ Suplemento ao nº 18 da *Gazeta do Rio de Janeiro*, de 9 de fevereiro de 1822. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=749664&pasta=ano%20182&pesq=aquartellada&pagfis=7059>. Último acesso em: 27/09/2022.

⁵ Proclamação disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=700916&pasta=ano%20182&pesq=%22tropas%20desta%20fiel%20capital%22&pagfis=145>. Último acesso em 01/10/2021.

⁶ Dentre os números do *Diário do Rio de Janeiro*, destaco os de 23 de agosto e 24 de setembro de 1822. Disponível respectivamente em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170_01&pasta=ano%20182&pesq=cidad%C3%A3ospagfis=2110 e <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=09417001&pasta=ano%20182&pesq=cidad%C3%A3os&pagfis=2221>. Acesso em: 03/10/2022.

parte da tropa da terra ou tropas nativas. Em sua correspondência diplomática, o barão de Mareschal registrou que as “tropas de Avilez inspiravam “fundo terror” e, por isso, D. Pedro “não tinha como recuar”, o príncipe já havia “avançado demais”. Por todo lado, prossegue o barão, via-se nas ruas da cidade uma mistura de “tropas, milícias, gente do campo, negros e mulatos, padres e monges”, gente “a pé e a cavalo, armados de pistolas, de facas e de porretes” (1916, p. 17 e 21).

Certamente a correspondência do barão austríaco serviu de base à narrativa de Varnhagen, que descreveu do mesmo modo a multidão que tomou o Campo de Santana na madrugada do dia 12 de janeiro. Não só confirmou sua presença na praça, como a identificou: reuniu-se ali “a tropa de linha e milicianas, incluindo os regimentos dos Henriques e de Pardos (...) e um sem número de cidadãos de todas as classes, cada um armado como pode, entrando nesse número eclesiásticos e até frades.” (1938, p. 151).

A toda essa gente — de acordo com Oliveira Lima — se uniu o “pessoal do comércio”, que percorria as ruas sobressaltados em patrulhas. Também incorporados às milícias, esses homens faziam o serviço militar, “armados e municiados”, porém sem uniformes, usando apenas “bandas e cintos de couro cru sobre seus trajes paisanos” (1997, p. 212).

Após o “Fico”, com as cortes de Lisboa oscilando entre uma política conciliatória e o emprego da força militar para tentar conter a crise no Brasil, a proposta de separação de Portugal foi ganhando corpo no Rio de Janeiro, especialmente a partir de junho (2006, p. 131). Assim, a mobilização militar e popular prosseguia. Em um longo manifesto aos “povos do Brasil”, preocupado com a guerra que rebentara na Bahia, D. Pedro convocava “cidadãos de todas as classes, a mocidade brasileira”, a não temer as nações europeias e a encarar a “perspectiva de glória e de grandeza que se vos ante olha”. Evocando o “valor das virtudes cívicas”, em tom de promessa, o príncipe afirmava para esses cidadãos que eles teriam um “código de instrução pública nacional, que fará[ia] germinar (...) talentos de este clima abençoado e colocará[ia] a Constituição debaixo da salvaguarda das gerações futuras, transmitindo a toda a nação uma educação liberal”.⁷

O sistema constitucional à época era uma ideia revolucionária. Ele transformava, a cada novo episódio que rebentava nas ruas da corte, o cenário político do Rio de Janeiro (SCHULTZ, 2008). Ao discutir os eventos, a imprensa difundia essas ideias, fundadas na liberdade dos povos

⁷ *Diário do Rio de Janeiro*, de 7 de agosto de 1822. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170_01&pasta=ano%201822&pesq=cidad%C3%A3os&pagfis=2059. Acesso em: 03/10/2022.

contra a tirania dos governos (NEVES, 2003; LUSTOSA, 2000; CARVALHO, NEVES, BASILE, 2012). Ao mesmo tempo, em meio a esse clima, para enfrentar a oposição das tropas portuguesas, D. Pedro optava por recorrer militarmente à população de “todas as classes e ofícios”. Em seguida, a fim de mantê-la mobilizada, realizava promessas de reconhecimento de talentos, das virtudes cívicas e de direitos. Prometia uma Constituição e uma educação liberal. Ou seja, através dessas manifestações públicas, o príncipe selava uma espécie de pacto político com a população. E, muito provavelmente, foi por acreditar nessas promessas e almejar uma outra configuração de sociedade que a população engajou suas vidas na defesa do príncipe-regente.

A participação do povo nos eventos que tomaram as ruas do Rio de Janeiro entre 1821 e 1822, como se pode ver, foi amplamente registrada pelos cronistas, periódicos e também pelos clássicos da historiografia. O avanço das pesquisas nas últimas décadas nos permite compor um quadro mais bem delineado dessa participação. O papel central da imprensa — em especial dos panfletos impressos e manuscritos — na circulação das novas ideias constitucionalistas, o modo como a atuação de D. Pedro se enraizou na praça pública, politizando-a e avolumando os debates em uma cidade “centro da escravidão”, porém que também já era bem complexa em seu perfil populacional, com uma presença crescente de “homens de cor” livres e libertos, homens de ofício, interessados em se distinguir dos escravos, buscando meios de inserção social, nos possibilita afirmar que a pedagogia do constitucionalismo não educou apenas a elite (SCHULTZ, 2008).

É verdade que muito ainda precisa ser feito. A questão, entretanto, não é apenas de volume de pesquisa, mas também de enquadramento historiográfico (MAMIGINIAN, 2023). Escravizados, “homens de cor”, livres e libertos, brancos pobres, nascidos em Portugal ou no Brasil, tanto quanto a elite, integravam a mesma sociedade, viviam na mesma cidade e conviviam em diversas instituições. Foi isso que procurei demonstrar nesse artigo, enfocando a atuação das forças militares. É preciso estar atento a como toda essa gente interagiu, sem esquecer que a produção de narrativas é um dos resultados dessa interação.

Se, em alguns momentos, a população pode ser descrita em documentos oficiais, jornais e relatos de cronistas como “beneméritos cidadãos”, em outros, foram considerados vadios ou ralé que, por sua “ignorância”, não tinha condições de participar — como afirmou Oliveira Lima — “da vida consciente da comunidade” (1997, p. 55).

No ajuste do enquadramento, além da participação popular — ou, para entender melhor essa participação — é preciso reposicionar historicamente esses grandes sujeitos que povoam a documentação e a historiografia: exército, forças armadas e militares. Por isso, prefiro o termo forças militares a forças armadas. Mais vincado à institucionalidade do presente, o termo forças armadas favorece os deslizos do anacronismo. José Honório Rodrigues tinha razão ao afirmar que a independência foi uma guerra. De fato, mesmo na corte imperial, capital do Império Luso-brasileiro e, portanto, região central nas várias negociações políticas, houve conflitos armados. Afirmar isso não significa dizer que esses conflitos foram levados à cabo pelo povo e por um exército no qual oficiais e soldados de várias capitanias (fluminenses, maranhenses, baianos, pernambucanos, mineiros, paulistas, etc) lutaram lado a lado pela independência do Brasil, combatendo o jugo colonial.

O mundo militar de então era muito mais heterogêneo — e complexo — que o da era dos estados-nação, constituídos na Europa ao longo do século XIX. O que encontramos nessas forças militares atuantes nas ruas e praças do Rio de Janeiro são não só muitas lutas e conflitos, mas um amplo engajamento de homens de diferentes grupos sociais que viram na ascensão política de D. Pedro uma oportunidade de mudarem seus destinos.

REFERÊNCIAS

- ARMITAGE, John. *História do Brasil*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2011.
- CARVALHO, José Murilo de, BASTOS, Lúcia, BASILE, Marcello. *Às armas, cidadãos! Panfletos manuscritos da independência do Brasil (1820-1823)*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2012.
- CORRESPONDÊNCIAS do Barão de Mareschal. In: *RIHGB*. Vol.80, 1916. p.186.
- DOCUMENTOS para a História da Independência. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1923.
- GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956. p.203.
- KRAAY, Hendrik. *Política racial, Estado e Forças Armadas na época da independência: Bahia, 1790-1850*. São Paulo: Hucitec, 2011.
- LAGO, Laurênio. *Brigadeiros e Generais do Exército de d. João VI e de d. Pedro I*. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1938.
- LIMA, Manuel de Oliveira. *O movimento da independência. 1821-1822*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

- LUSTOSA, Isabel. *Insultos Impressos. A Guerra dos Jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- MAMIGONIAN, Beatriz. Tráfico de escravos, africanos livres, trabalho compulsório ou os silêncios na história da Independência, In: Costa, Wilma e Cravo, Têlio (orgs.) *Independência. Memória e Historiografia*. São Paulo, Edições SESC, 2023.
- MACHADO, André. *A quebra da mola real das sociedades: a crise política do antigo regime português na província do Grão-Pará (1821-1825)*. São Paulo: Hucitec, 2010.
- MCBETH, Michael. *The politicians vs. the generals: the decline of the brazilian army during the first empire 1822-1831*. 1972. 277 f. PHD Thesis, University of Washington, Washington, 1972.
- MCBETH, Michael. Brazilian Generals, 1822-1865: A Statistical Study of Their Careers. *The Americas*, Oct., 1987, Vol. 44, nº. 2, pp. 125-141.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *A Outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Editora 34, 2004.
- NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. *Corcundas e Constitucionais: a cultura política da independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2003.
- RIBEIRO, Gladys. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.
- RIBEIRO, Gladys. O desejo da liberdade e a participação dos homens livres pobres e de cor na independência do Brasil. *Cadernos Cedes*. Campinas, vol.22, nº 58, p.21-45.
- RODRIGUES, José Honório. *Independência: Revolução e contra-revolução. As forças armadas*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército editora, 2002.
- SELVAGEM, Carlos. *Portugal Militar: Compêndio de História Militar e Naval de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1999.
- SILVA, Luiz Geraldo. Negros patriotas. Raça e identidade social. In: JANCSÓ, István. *Brasil: formação do estado e da nação*. São Paulo: Hucitec, 2003.
- SILVA, Luiz Geraldo. Gênese das milícias de pardos e pretos na América Portuguesa: Pernambuco e Minas Gerais, séculos XVII e XVIII. *Revista de História* (São Paulo). n.169, p. 111-144, 2013.
- SLEMIAN, Andréa. *Vida política em tempo de crise: Rio de Janeiro (1808-1824)*. São Paulo: Hucitec, 2006.
- SOUZA, Adriana Barreto. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- SOUZA, Adriana Barreto. A Serviço de Sua Majestade: a tradição militar portuguesa na composição do generalato brasileiro (1837-1850). In: Celso Castro; Vítor Izecksohn; Hendrik Kraay. (Org.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: FGV/ Bom Texto, 2004.

SOUZA, Adriana Barreto. O meio militar como arena política: conflitos e disputas por direitos no Regimento de Homens Pardos do Rio de Janeiro, 1805. *Tempo* (Niterói. Online), v. 26, p. 363-382, 2020.

SCHULTZ, Kirsten. *Versalhes Tropical. Império, monarquia e corte real portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Pátria Coroada. O Brasil como corpo político autônomo*. SP: Unesp, 1999

VAL, Nilo. A formação do Exército brasileiro e sua evolução no século XIX. In: *RIHGB*, vol. VII, 1922.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. História da Independência do Brasil. In: *RIHGB*, vol.173, 1938.